

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA

INGRID MAIQUÉLI LAZAROTTO

**“ERA UM TRAFICANTE DE CARNE HUMANA”: A PERSPECTIVA SUBALTERNA
DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

CHAPECÓ

2026

INGRID MAIQUÉLI LAZAROTTO

**“ERA UM TRAFICANTE DE CARNE HUMANA”: A PERSPECTIVA SUBALTERNA
DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para a obtenção do grau de
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Antonio Picoli

CHAPECÓ

2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Lazarotto, Ingrid Maiquéli
?ERA UM TRAFICANTE DE CARNE HUMANA?: A PERSPECTIVA
SUBALTERNA DE MARIA FIRMINA DOS REIS / Ingrid Maiquéli
Lazarotto. -- 2026.
48 f.

Orientador: Doutor Bruno Antonio Picoli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2026.

1. Maria Firmina dos Reis. 2. Úrsula. 3. A escrava.
4. Escravidão. 5. Subalternidade. I. Picoli, Bruno
Antonio, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

INGRID MAIQUÉLI LAZAROTTO

**“ERA UM TRAFICANTE DE CARNE HUMANA”: A PERSPECTIVA SUBALTERNA
DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
licenciada em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 02/07/2026

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
BRUNO ANTONIO PICOLI
Data: 16/07/2026 16:23:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.º Dr.º Bruno Antonio Picoli – UFFS
Orientador



Documento assinado digitalmente
DELICIO MARQUETTI
Data: 17/07/2026 09:27:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.º Dr.º Délcio Marquetti – UFFS
Avaliador



Documento assinado digitalmente
ELIANE TAFFAREL
Data: 16/07/2026 16:52:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Me. Eliane Taffarel – UFFS
Avaliador

Às mulheres subalternizadas que, como Maria Firmina dos Reis, fizeram da escrita um ato de denúncia, resistência e afirmação de suas vozes. Aos meus pais, Itacir e Marlene, que me ensinaram, com simplicidade, honestidade e amor, a importância do conhecimento, da perseverança e da luta pelos meus sonhos

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao destino e aos caminhos que me trouxeram até aqui. Acredito que existem forças espirituais que nos fortalecem ao longo da trajetória, e elas foram fundamentais para a realização deste sonho. Dedico também este momento à minha versão criança, cuja brincadeira favorita era ser professora. Dentro de mim, essa criança ainda existe e transborda felicidade ao perceber o quanto caminhamos e onde conseguimos chegar.

Agradeço aos meus pais, Itacir e Marlene, que, mesmo tendo pouca escolarização e não tendo tido a oportunidade de concluir seus estudos, sempre foram meus maiores incentivadores. Ensinaram-me a valorizar o conhecimento, o estudo e a perseverança. À minha mãe, agradeço especialmente por sempre estar presente em minhas apresentações escolares e por ter caminhado de mãos dadas comigo pelos caminhos da vida.

Agradeço ao professor Bruno Antonio Picoli pela excelente orientação, paciência e ensinamentos compartilhados ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também aos professores Délcio Marquetti, Renato Viana Boy e Renilda Vicenzi pelas valiosas contribuições durante a graduação e pelo comprometimento com a formação de seus alunos. Estendo esse agradecimento ao professor Bruno Picoli, cuja dedicação à docência marcou profundamente minha trajetória acadêmica. Se eu conseguir me tornar uma profissional semelhante a vocês, já me sentirei profundamente realizada.

Agradeço, de forma especial, aos professores Délcio Marquetti e Eliane Taffarel pela disponibilidade, atenção e generosidade ao aceitarem compor a banca de defesa deste trabalho, contribuindo com suas leituras, observações e sugestões.

Agradeço ao meu tio Dirceu, que sempre foi como um pai para mim e que, ao longo da vida, me ofereceu apoio, cuidado e ajuda incondicionais.

Agradeço aos meus amigos da graduação por terem compartilhado comigo este período intenso de mudanças, desafios e conquistas. A presença de vocês tornou essa caminhada mais leve e significativa.

Por fim, agradeço às minhas duas cadelinhas, Lola e Dinha (in memoriam), por terem sido companhia fiel durante tantas horas de estudo. Chegar em casa após longos dias de trabalho e faculdade e encontrá-las sempre ao meu lado tornava os dias mais leves e felizes.

E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira - era uma escrava! Foi embalde que supliquei em nome de minha filha que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava; pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudeste avaliar! (REIS, 1859, p. 84)

RESUMO

Este trabalho teve como objeto de estudo as obras da escritora negra brasileira Maria Firmina dos Reis, sendo o romance *Úrsula* (1859) e o conto *A escrava* (1887). Buscou compreender a violência da escravidão a partir de uma perspectiva de subalternidade, vivenciada por uma mulher negra que enfrentou de perto a sociedade escravocrata e como esta construiu seus personagens escravizados como sujeitos ativos da narrativa, explorando como os diversos aspectos sociais, políticos e culturais do Brasil oitocentista, marcado pelo sistema escravista, se materializaram em sua escrita. Buscou esclarecer, sobretudo, como as vozes subalternizadas ganharam destaque nas obras da autora. Maria Firmina teve sua existência perpassada pela crueldade extrema da escravidão, embora não tenha sido escravizada, os ambientes que a cercavam estavam enraizados com este sistema de opressão e desumanização. Desafiando os discursos hegemônicos de sua época, a escritora nos oferece uma perspectiva crítica e um olhar subalterno do período em suas obras, capazes de servir como fontes históricas. Está organizado em dois capítulos. No primeiro, realizou-se uma análise do método desenvolvido pelo historiador Sidney Chalhoub na análise das obras do escritor brasileiro Machado de Assis, para entender a escrita machadiana como fonte histórica. Em seguida, algumas categorias fundamentais para compreender a relevância das obras na atualidade foram discutidas, como lugar de fala, escrevivência, subalternidade e epistemicídio, a partir de autoras como Spivak, Ribeiro, Evaristo entre outras. E por fim, no segundo capítulo, foi analisada a escrita de Maria Firmina a partir de trechos extraídos de suas obras, tomando como referências as obras supracitadas. Assim como Chalhoub utilizou os escritos machadianos para analisar a sociedade do período, buscou-se explorar a partir de duas obras de Maria Firmina, a subalternidade de sua escrita, as denúncias sobre a escravidão e a visão pioneira da autora para debates que viriam a serem reconhecidos como decoloniais e antirracistas anos depois. Desta forma, este TCC teve como objetivo desenvolver a análise das obras de uma mulher negra subalternizada que, por meio da literatura, produziu uma escrita de resistência e deu voz àqueles que eram silenciados, tornando os seus escritos documentos históricos acerca da História do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Firmina dos Reis; *Úrsula*; *A escrava*; Escravidão; Subalternidade.

ABSTRACT

This study examines the works of the Black Brazilian writer Maria Firmina dos Reis, focusing on the novel *Úrsula* (1859) and the short story *The Slave Woman* (*A Escrava*, 1887). It seeks to understand the violence of slavery from the perspective of subalternity, as experienced by a Black woman who lived within a slaveholding society, and to analyze how she portrayed enslaved characters as active subjects within the narrative. Furthermore, it explores how the social, political, and cultural dimensions of nineteenth-century Brazil, marked by the institution of slavery, were reflected in her writing. Particular attention is given to the ways in which subaltern voices are foregrounded in the author's works. Although Maria Firmina was not herself enslaved, her life was deeply shaped by the brutality of slavery, as the society in which she lived was structured by this system of oppression and dehumanization. By challenging the dominant discourses of her time, the author offers a critical and subaltern perspective on the period, making her literary works valuable historical sources. This study is organized into two chapters. The first chapter analyzes the method developed by historian Sidney Chalhoub in his study of the works of the Brazilian writer Machado de Assis, demonstrating how literature can be interpreted as a historical source. It also discusses key theoretical concepts that contribute to understanding the contemporary relevance of Maria Firmina's works, including standpoint, *escrivivência* (writing from lived Black experience), subalternity, and epistemicide, drawing on authors such as Gayatri Spivak, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, among others. The second chapter examines selected excerpts from Maria Firmina's works, using the aforementioned texts as primary sources. Inspired by Chalhoub's approach to Machado de Assis, this study investigates the subaltern perspective in Maria Firmina's writing, her denunciation of slavery, and her pioneering vision of debates that would later be recognized as decolonial and anti-racist. Ultimately, this undergraduate thesis aims to analyze the works of a subalternized Black woman who, through literature, produced a form of resistance and gave voice to those who had been silenced, transforming her writings into historical documents that contribute to the understanding of Brazilian history.

KEYWORDS: Maria Firmina dos Reis; *Úrsula*; *The Slave Woman*; Slavery; Subalternity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PRIMEIRO CAPÍTULO - NÃO SÓ DE FICÇÃO SE FEZ UM MACHADO	14
3	SEGUNDO CAPÍTULO - UMA ESCRITA DE RESISTÊNCIA	30
4	Considerações Finais	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Susana narra que era época de colheita, as lavouras estavam repletas de abundâncias e os dias eram muito felizes. Ela deixou sua pequena filha com sua mãe e dirigiu-se à roça para colher milho. E que esta seria a última vez que veria sua filha. Após alguns passos ouviu um assobio e logo apareceram dois homens que a amarraram com cordas. Ali tornou-se escrava. Lutou, gritou e chorou para que lhe restituíssem a liberdade, foi em vão. Deixou tudo para trás: pátria, esposo, mãe, filha e liberdade. Foi posta no porão de um navio, foram trinta dias amarrada em pé, acorrentada feito animal e bebendo água podre. Viu morrer muitos de seus companheiros por falta de ar, de alimento e de água até aportarem em praias brasileiras como mercadoria humana. A narrativa, que é encontrada na obra *Úrsula*¹ (1859), faz parte de um conjunto em que a escritora e educadora brasileira Maria Firmina dos Reis redigiu, transcendeu linhas e parágrafos ficcionais, mesclando narrativas sensíveis e testemunhos históricos acerca de um período traumático da História do Brasil. Em *A escrava*² (1887) Maria Firmina tornou-se a primeira escritora brasileira, que se tem registro, a nomear os escravistas daquilo que realmente eles eram: traficantes de carne humana.

Por mais de três séculos, o Brasil foi construído sobre os corpos de pessoas sequestradas, violadas e escravizadas. Afirmar que política e economia durante o período escravista não se fundiam é errôneo, afinal a política era escravista e a economia dependia da escravidão para seguir o seu fluxo. E todo o subcontinente latinoamericano tem enraizado esse sistema político e econômico que vigorou por muito tempo. Atualmente, sabemos que com a abolição da escravatura, após a *Lei Áurea* (1888), os libertos não receberam quaisquer indenizações, e ficaram à mercê de violências, preconceitos e discriminações que são visíveis até os dias de hoje. Os documentos oficiais nos dão um aparato abrangente acerca da política da época, mas carecem de outras visões para além do olhar colonizador. Nesse mesmo sentido, pode-se citar que a arte e a literatura, por exemplo, dificilmente ultrapassavam os limites estreitos desse olhar.

A pergunta que norteia esta pesquisa é: “De que maneiras a violência da escravidão é narrada sob a perspectiva dos personagens escravizados em *Úrsula* (1859) e no conto *A escrava* (1887)?”. O objetivo geral deste trabalho é compreender a violência do período

¹ DOS REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

² DOS REIS, Maria Firmina. *A escrava*. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafrro/autoras/24-textos-das-autoras/977-maria-firmina-dos-reis-a-escrava>. Acesso em: 9 jun. 2025.

escravista a partir de uma escrita subalternizada, através do olhar de Maria Firmina dos Reis. Uma mulher negra, sendo filha de uma alforriada, que teve sua vida atravessada pelas crueldades da escravidão e transformou isso em literatura, ou para os objetivos aqui propostos, em testemunho histórico.

Defendo que as obras literárias têm um potencial como documento histórico, desde de que estejamos atentos às influências da época de sua produção e se dedicarmos um olhar crítico para compreender seus aspectos sociais, culturais e políticos. Distanciando-se dos documentos oficiais, que embora nos oferecem detalhes ricos sobre as políticas vigentes da época, eram redigidos por pessoas que formavam a elite. Já as obras literárias eram escritas por indivíduos com diversos contextos socioeconômicos diferentes das elites, e nos permitem compreender a violência da escravidão a partir de uma perspectiva diferente, por vezes subalterna. Em outros termos, é como se fosse uma lente que não é influenciada pela aristocracia, mas sim pelas diversas camadas sociais que compunham aquele determinado período histórico. Neste trabalho é a escritora brasileira Maria Firmina dos Reis, uma mulher subalterna e negra, que nos ajudará a buscar destacar as vozes e vidas subalternizadas do Brasil no século XIX, sociedade marcada pela escravidão, são as fontes primárias desta pesquisa o romance *Úrsula* e o conto *A escrava*.

Utilizando o romance *Úrsula* e o conto *A escrava*, será realizado uma análise do potencial que essas obras desempenham como documentos históricos do século XIX para se entender a subalternidade - conceito este explicado por Gayatri Spivak -, tanto dos escravizados representados nas obras, como da autora. Ademais, com a análise das obras da Maria Firmina, a pesquisa será perpassada em seu todo com o apoio de alguns conceitos atuais acerca das heranças oriundas da escravidão, como lugar de fala, escrevivência e a subalternidade da mulher negra.

Nas obras literárias de Maria Firmina será levado em consideração a subalternidade de sua vida, com potencial a ser ouvida e compreendida, que ajuda a ampliar os horizontes da historiografia tradicional ocidental e inserir aqueles que foram silenciados da/na História. Para se entender esse lado da História, se faz necessário trazer autores/as que tiverem seus contextos sociais e culturais perpassados por esses períodos de silenciamento. Isso não quer dizer que estudiosos que não são contemporâneos aos fatos não tem pesquisas tão precisas, pelo contrário, muitas vezes esse distanciamento dos fatos é o que faz a pesquisa ser mais autêntica. Nessa pesquisa, para se entender o local de escrita da autora, será levado em consideração o contexto social em que Maria Firmina viveu e as dificuldades de escrita e resistência frente a um sistema escravocrata que desumaniza todos, e como ela desafiou o

sistema da época com a sua escrita. Como fundamentação teórica, tanto no primeiro como no segundo capítulo deste trabalho, conceitos contemporâneos que ajudam a explicar a escrita da autora serão perpassados. Recorro à obra *Pode o subalterno falar?* (2010) de Gayatri Chakravorty Spivak, evidenciando como a escritora trabalha a teorização sobre o sujeito subalterno que não tem a oportunidade de ser ouvido e constitui as camadas sociais inferiores. Spivak discute também o fato de que a mulher subalterna está em uma posição mais inferior ainda, justamente por questões de gênero.

A fim de se discutir a interseccionalidade, conceito esse que busca explicar como as questões sociais, como raça, gênero, classe e sexualidade, atuam de forma articulada e em conjunto na produção de experiências específicas de opressão e privilégio, e para isso será utilizado como referencial teórico Chimamanda Ngozi Adichie.

Além disso, será utilizado o conceito de *lugar de fala?*, desenvolvido por Djamila Ribeiro (2019) e Grada Kilomba (2020) para se entender o ponto de partida de Maria Firmina para pensar e existir no mundo e na literatura conforme as experiências em comum que teve com os personagens que buscava representar em suas obras. Para explorar às questões da condição de sua escrita e a forma como provavelmente o cotidiano era refletido em suas obras, será explorado o conceito de *Escrivência e seus subtextos* (2018) de Conceição Evaristo, destacando como os seus escritos são um reflexo das angústias e medos vivenciados naquele período e transmitidos para o papel em forma de narrativas sensíveis.

No primeiro capítulo desse trabalho, será utilizado o livro *Machado de Assis - historiador* (2003) de Sidney Chalhoub para entender como o método desenvolvido pelo historiador ajuda a contribuir para analisar romances, crônicas e contos do período oitocentista. Será explorado como Chalhoub utilizou as obras do escritor brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis como documento histórico para se entender as relações sociais, políticas e culturais do Brasil no século XIX. E os conceitos contemporâneos expostos acima que buscam esclarecer as lacunas que se tem acerca do período.

E por último, no segundo capítulo dessa pesquisa, será realizada uma análise do romance *Úrsula* (1859) e do conto *A escrava* (1887) a partir da metodologia que Chalhoub desenvolveu com as obras machadianas. O método será utilizado como inspiração para olhar as obras da Maria Firmina dos Reis, acrescentando a preocupação em considerar o lugar de fala e questões sobre a subalternidade da mulher negra, que é o caso da autora. As obras são uma denúncia do Brasil do século XIX, e contribuem para uma perspectiva detalhada para além de um olhar colonizador. Ao inserir essas literaturas que narram histórias de personagens ficcionais, mas que buscam representar indivíduos anônimos das narrativas preponderantes e

hegemônicas, como os escravizados, contribui-se para uma estratégia de ampliar os horizontes da historiografia e abraçar a literatura como fonte histórica.

2 PRIMEIRO CAPÍTULO - Não só de ficção se fez um Machado

Todo texto é atravessado pelo contexto histórico em que foi produzido, especialmente aqueles que tensionam ou ultrapassam as normas políticas de seu tempo. Escritos que vão na contramão do sistema político da época em que foram redigidos, que afastam-se das narrativas hegemônicas e tornam-se por conseguinte relatos vulneráveis e dotados de sofrimentos e angústias sobre determinado período histórico. Sem dúvidas os documentos oficiais, como leis e registros de compra e venda de escravos, por exemplo, são fontes majoritariamente seguras para se obter informações de um determinado período histórico, entretanto é necessário levar em consideração que eram influenciados pela elite da época. Quando começamos a nos questionar sobre quem os redigiu e para quem servia determinados documentos, fica evidente que o conteúdo ali presente dificilmente atende os níveis inferiores da sociedade. É de suma importância, observar também a utilização dos mesmos como instrumentos de poder, tentativa de manipulação ou escravização do outro. A primeira geração da *Escola dos Annales* rompeu com a historiografia tradicional ao propor a história-problema e a valorização das estruturas de longa duração, entretanto ainda carregava consigo um olhar eurocêntrico, as questões de raça e gênero eram pouco debatidas e não havia problematização suficiente sobre as relações de poder. Era uma perspectiva limitada, que minimizava determinados conflitos sociais e experiências subalternizadas. Para Adichie (2019, p. 17): “Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso”.

A ação de se estudar um acontecimento histórico vai muito além dos documentos oficiais do período que normalmente nos é ensinado. Mas abrange também aquilo que é uma mina de tesouros a ser explorado, em forma de parágrafos e linhas: a literatura. Isso guarda em sua essência a denúncia daqueles que foram silenciados, e traz consigo a riqueza de detalhes sobre indivíduos anônimos e esquecidos das narrativas históricas com olhares predominantemente eurocêntricos.

Sendo assim, o trecho destacado abaixo é do conto *A escrava* (1887) da escritora brasileira Maria Firmina dos Reis, nomeando os donos de escravizados daquilo que eles realmente eram: traficantes de carne humana.

Ah! Se pudesse, nesta hora extrema ver meus pobres filhos, Carlos e Urbano!... Nunca mais os verei! Tinham oito anos. Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente (REIS, 1887, s/p).

É através de relatos como este, que os escravizados recebem a humanização, de que sempre foram portadores, e são postos como sujeitos ativos na construção histórica, superando o silenciamento e assumindo um papel ativo. Para se ter o reconhecimento e acesso dessas produções subalternizadas, Spivak afirma que:

A tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a). Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido (SPIVAK, 1985, p. 17).

No Brasil, o sistema escravocrata teve início a partir do século XVI com a invasão de Portugal nas terras brasileiras, deixando heranças nas estruturas sociais, culturais e políticas até os dias atuais. Em *Branços e negros em São Paulo* (1959), Florestan Fernandes e Roger Bastide afirma que:

Nós, brasileiros, dizia-nos um branco, temos o preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto está arraigado no nosso meio social’. Muitas respostas negativas explicam-se por esse preconceito de ausência de preconceito, por essa fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial (FERNANDES; BASTIDE; 1959, p. 164).

Apesar do Brasil ser um país em que a maior parte da população é negra, o racismo é visível no dia-a-dia, seja nas esferas comerciais, nas instituições públicas e privadas, em centros religiosos, estádios de futebol e setores políticos. É um sistema profundamente enraizado que manifesta-se nas mais simples relações cotidianas, e muitas das vezes não o percebemos. Uma espécie de “erva daninha” que, mesmo utilizando o “veneno” mais forte, as raízes ainda resistem e, quando menos percebemos, surge novamente sobre a terra.

O racismo latinoamericano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca prova sua eficácia pelos efeitos da violenta desintegração e fragmentação da identidade étnica produzida por ele; o desejo de se tornar branco (“limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 2020, p. 130).

Segundo Djamila Ribeiro, em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*:

Movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos. O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro tão grande? (RIBEIRO, 2019, p. 12).

Isso nos permite compreender que o racismo ultrapassa atitudes individuais e isoladas, mas configura-se como uma estrutura que organiza as desigualdades e limita o acesso de pessoas negras a direitos fundamentais na sociedade brasileira garantidos na constituição.

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2019, p. 52).

É errôneo pensarmos que após a abolição de 1888, com a narrativa de que a princesa Isabel foi a salvadora dos escravizados, o país deixou a escravidão para trás. Esse tipo de narrativa, seguindo Walter Benjamin, foi contada do ponto de vista daqueles que eram os vencedores. Os problemas sociais, as desigualdades e as discriminações que são manifestadas dia após dia na sociedade brasileira, tem muita relação com o fato de que após a Lei Áurea o que deixou de existir foi a condição social de escravizado, mas as relações de dependências, por outro lado, ganharam outras formas de se manifestar. Pois na sociedade daquele período segundo Chalhoub: “a escravidão é a situação de máxima dependência, e essa condição, para quem preza a ‘independência absoluta’, é ‘o pior estado do homem’” (2003, p. 31). Ribeiro (2019, p. 8) afirma: “com o tempo, compreendi que a população negra havia sido *escravizada*, e não era escrava - palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem”.

Neusa Santos Souza (2021, p. 48) afirma que: “a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e institui o paralelismo entre a cor negra e posição social inferior”. O exercício de buscar olhar o sistema escravocrata através da lente das pessoas que foram escravizadas, é essencial para entendermos melhor cada narrativa histórica, e portanto, entender que o africano capturado e trazido para o continente americano, não nasceu escravo, mas que foi obrigado a aceitar as condições terríveis da escravidão imposta. Essa condição era baseada no racismo e no capitalismo, em que o foco era a exploração de povos africanos no continente americano para acumular capital e gerar riquezas para a elite da época. Portanto, destituída desses indivíduos toda a identidade que traziam consigo, sendo forçados a aceitarem novos padrões impostos pela sociedade europeia.

Nos processos de colonização, a visão de cultura do colonizador foi imposta, enquanto bens culturais eram saqueados. Um exemplo disso são as coleções dos principais museus da Europa, onde hoje se encontram objetos de diferentes países

africanos, asiáticos e americanos - peças que, com certeza, devem significar muito para essas culturas (RIBEIRO, 2019, p. 70).

Ademais, nesse mesmo sentido, as raízes dessa erva daninha denominada de escravidão, é encontradas também nas artes, nas músicas, e em tudo que se é realizado, no Brasil, só basta distanciarmos o olhar de colonizador que as veremos.

É sobre isso que a escritora Chimamanda Ngozi Adichie alerta ao falar do perigo da história única. O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a constituíram (ALMEIDA, 2019, p. 65).

Na tese de doutorado intitulada de *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* de Sueli Carneiro (2005) é explicado o conceito de epistemicídio, apagamento sistemático das produções e saberes realizados por grupos oprimidos.

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação proovam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esse processo denominamos de epistemicídio (CARNEIRO, 2005, p. 324).

O apagamento e silenciamento sobre as populações negras e escravizadas foi um processo pensado e executado minuciosamente. No trecho a seguir da obra *A linguagem escravizada* (2005), de Florence Carboni e Mário Maestri, é descrito como o apagamento e silenciamento dessas populações vindas do continente africano ocorreu, começando pela língua materna dessas pessoas.

Em virtude da especificidade do contato linguístico entre portugueses e africanos, o silenciamento dos trabalhadores escravizados arrancados daquele continente foi ainda mais violento. Em geral, ao embarcarem na África, os africanos cativos perdiam os nomes próprios e eram rebatizados com prenomes lusitanos. Negreiros e escravistas esforçavam-se para que os passageiros dos tumbeiros e as escravarias das fazendas não fossem de mesma origem e de mesma língua. O ideal almejado pelas classes proprietárias coloniais foi a destruição pura e simples das línguas nativas e forasteiras e a manutenção e congelamento das formas linguísticas praticadas pelas classes dominantes metropolitanas (CARBONI; MAESTRI, 2005, p. 28).

Portanto, a escravidão foi um sistema que destituiu toda a identidade de povos africanos, tirando tudo o que lhes pertencia, inclusive a sua língua. Uma forma de manter o controle sobre os escravizados e negar sua humanidade, Simone de Beauvoir afirmava que: “não há crime maior do que destituir um ser humano de sua própria humanidade, reduzindo-o à condição de objeto” (*apud* RIBEIRO, 2019, p. 26).

Apesar de todo esforço de desumanização, diversas manifestações artísticas e intelectuais florescem, entretanto, nem sempre recebem a visibilidade que deveriam. A literatura, foco principal desta pesquisa, também faz parte desse conjunto de manifestações humanas dos grupos marginalizados da sociedade. E isso não é por puro acaso, mas faz parte de uma hegemonia política que busca apagar tudo aquilo que é visto como ameaça ou subversão ao sistema vigente. Segundo Abdias do Nascimento, na obra *O genocídio do negro brasileiro* (1978), a nomeação *genocídio* abrange todas as formas de aniquilar um determinado povo, seja em sua forma moral, cultural ou epistemológica. Os textos sempre tiveram muito a nos dizer, mas alguns precisam ser lidos nas entrelinhas e considerando o momento histórico em que foram escritos. E esse papel cabe ao historiador.

A literatura é um documento histórico que pode ajudar a analisar as tensões políticas e sociais de um determinado período, bem como as relações de poder da época em que foi escrita. Segundo March Bloch, em seu livro *Apologia da História ou O ofício do historiador* (2001) não há como um escritor/historiador desenvolver uma obra ou análise de um período histórico sem contaminar-se com as suas realidades pessoais. E cabe ao historiador, quando este realiza a análise de um determinado período histórico, entender as tensões do período em que os documentos, sejam oficiais ou não, foram redigidos, bem como quem os escreveu e os “contaminou” com a sua realidade vivida.

No texto *Explorando o significado da liberdade: sociedades pós-emancipação em perspectiva comparada* (1988), da especialista em história da escravidão Rebecca Scott, é posto que a geração de historiadores a partir do século XX vem construindo uma forma de estudar as condições dos escravizados sem ignorar toda a violência e a opressão que sofriam. E que mesmo vivendo em uma sociedade que forçava o controle social, havia muitas comunidades com crenças, práticas e valores próprios.

Os historiadores vêm encontrando numerosas maneiras de examinar as iniciativas dos escravos sem desconsiderar a opressão, de explorar a criação de sistemas alternativos de crenças e valores no contexto da tentativa de dominação ideológica, de aprender a reconhecer a comunidade escrava mesmo constatando o esforço contínuo de repressão a algumas de suas características essenciais (SCOTT, 1988, s/p).

Sem dúvidas, é de suma importância que novos espaços na academia ganhem destaque para se debater e estudar questões que eram postas ao esquecimento “dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar” (RIBEIRO, 2019, p. 36). Mesmo sendo um período histórico paternalista e excludente, muitos desafiaram os discursos hegemônicos da época e não seguiram a ordem que era exigida. A problemática

sobre isso aumenta na medida em que pensamos o papel do escritor negro dentro desses espaços intelectuais, e se torna ainda mais subalternizado quando nos referimos às mulheres escritoras negras, em especial o caso da brasileira Maria Firmina dos Reis, que fez parte de uma sociedade escravista do século XIX.

Para me auxiliar na análise da obra de Maria Firmina dos Reis recorrerei a Chalhoub que em sua obra *Machado de Assis, historiador* (2003), tratou os escritos machadianos como documentos históricos, considerando o contexto em que foram produzidos. Chalhoub (2003, p. 44) afirma que “Machado de Assis, ao contrário das aparências e de interpretações convencionais, sempre teve muito a dizer sobre as relações sociais de dominação vigentes no Brasil do século XIX”.

O trecho a seguir, faz parte da obra *Machado de Assis historiador* (2003) de Chalhoub, em que é mencionada uma passagem do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) do escritor brasileiro Machado de Assis.

Um belo dia Brás estava em seu quarto quando uma borboleta grande e negra entrou janela adentro, esvoaçou muito ao redor e lhe pousou na testa. O guapo a espantou, o que a fez grudar na vidraça. Escorraçada de novo, aterrissou em cima de um antigo retrato do velho Cubas. O narrador está pois, de novo, às voltas com o papai. A borboleta, “negra como a noite”, permaneceu sobre o retrato, movendo brandamente as asas “com um certo ar escarninho, que me aborreceu muito” (MPBC, cap. XXXI). Brás retirou-se do quarto por alguns minutos e, ao voltar, encontrando o inseto no mesmo lugar, quiçá na mesma atitude desdenhosa, sentiu “um repelão nos nervos”, sacou a toalha e lhe desferiu um golpe fatal. Brás ficou um tanto incomodado com o desfecho e interrogou a si mesmo se o destino da borboleta teria sido diferente caso ela tivesse nascido azul (CHALHOUB, p. 107, 2003).

Esse trecho analisado por Chalhoub levanta uma reflexão racial acerca da forma como as pessoas negras eram vistas na sociedade daquele período que antecedeu a abolição de 1888, utilizando como exemplo uma borboleta. E faz parte de um exemplo da crítica social que Machado desenvolveu através da literatura. Um pequeno trecho de uma vida “normal” daquele período, um acontecimento cotidiano, carrega consigo uma dimensão simbólica profunda se analisada à luz das relações raciais no Brasil do século XIX. A borboleta negra e a sua morte ocasionada por Brás Cubas, revela uma crítica entre o ser negro e aquilo que é indesejado, incômodo ou até mesmo ameaçador. A reflexão que Brás Cubas faz sobre o fato de que se a “borboleta tivesse nascido azul”, carrega consigo um juízo de valor baseado na cor. Desse modo, a narrativa expõe que a cor da borboleta não é neutra, ela determina portanto o modo como é percebida e tratada. Sendo assim, este trecho analisado por Chalhoub, funciona como uma representação do racismo no Brasil escravista da época em que a obra foi desenvolvida. Ademais, a rejeição e posteriormente a morte do inseto negro, simboliza a desumanização das pessoas negras, tratadas semelhantes a animias banais. Indo

mais além, a narrativa de que o inseto pousou no retrato do pai, representa que esse preconceito é herdado e estrutural, mas não algo individual. Por fim, a intenção de Machado foi revelar uma sociedade que naturaliza a violência racial, sem questionar suas próprias ações.

É notável que Machado de Assis ganhou maior visibilidade em suas obras do que Maria Firmina dos Reis, sendo que esta caiu no esquecimento da memória nacional, sendo pouquíssima conhecida até os dias de hoje. A sociedade que compõe a vida e história de ambos, foi marcada por violência, silenciamento e subalternidade dos oprimidos pelo sistema político escravista. Chalhoub utiliza os textos machadianos para entender as entrelinhas daquilo que ficou silenciado da historiografia do século XX, tendo sempre em vista o olhar colonizador. É dessa forma, que o autor busca explorar como Machado de Assis tem um potencial para entender as questões de dominação vigentes no período, a sociedade patriarcal e as tensões internas da classe dominante.

A Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, determinava que os filhos das mulheres escravizadas nascidos a partir da data desta lei seriam considerados livres. No entanto, na prática, esta liberdade era limitada. Essas crianças permaneciam sob a tutela dos senhores até os 21 anos ou poderiam ser entregues ao Estado mediante uma indenização. Assim, apesar de representar um avanço no processo abolicionista, a lei manteve estruturas de exploração e revelou o caráter gradual e conservador da abolição no Brasil.

Esse período de intensas mudanças políticas e sociais fez com que Machado desenvolvesse um olhar crítico sobre a sociedade daquele período, em especial as relações entre senhores e dependentes. Desse modo, no romance machadiano *Helena* (1876), o autor expõe a visão senhorial das elites escravistas, evidenciando como ela se tornava sustentada pelas relações de poder desiguais. Na obra, é posto também como a posição dos dependentes era frágil, pois viviam sob proteção e controle dos senhores, enfrentando constantemente inseguranças e riscos. É através da obra *Helena* (1876) que Chalhoub observa como Machado passou a interpretar de uma forma mais crítica a sociedade do período, revelando na obra as contradições e tensões de um sistema político marcado por escravidão e paternalismo.

Como fez questão de registrar em inúmeros textos, Machado de Assis considerava decisivos os anos de agitação política e social que culminaram na promulgação da lei de 28 de setembro de 1871 e, de fato, muito daquilo que escreveu nas décadas seguintes tinha a preocupação de interpretar os acontecimentos daquele período, assim como avaliar as consequências. A crise havia provocado em Machado um distanciamento crítico que não tinha volta. Ele, que conhecia as relações paternalistas por experiência histórica e trajetória individual, expõe em *Helena*, com lucidez e clareza talvez impossíveis antes de 1871, tanto a unilateralidade da visão de mundo senhorial como as dificuldades e perigos inerentes à posição do dependente (CHALHOUB, 2003, p. 46).

É precipitado chegarmos a conclusão de que as obras literárias com personagens ficcionais não denunciam questões da época em que são ambientadas. Por trás de toda escrita, existe uma verdade a ser explorada. A literatura não tem compromisso com a verdade, mas nos fornece elementos para chegarmos a ela. Durante o período oitocentista da História do Brasil, foram desenvolvidas muitas obras por Machado de Assis, que nos servem como fonte para nos ajudar a entender o período histórico em si, afirma também (CHALHOUB, 2003, p. 93) “ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX”. Afirma também:

O autor Machado de Assis fez da metodologia de dependentes como Capitu e José Dias um dos princípios de sua arte literária: inventou personagens, diálogos e, a partir de Memórias póstumas, narradores que pareciam viver e expressar apenas aquilo que era rigorosamente compatível com as expectativas dos leitores/senhores. Ao fazer isso o bruxo realizou o objetivo, todo seu, de dizer as verdade que bem quis sobre a sociedade brasileira do século XIX (CHALHOUB, 2003, p. 93).

É através dessa literatura afro-brasileira, que possuem narrativas ambientadas em cenários subalternizados, que se permite dar voz àqueles que não podiam expressar. Estas histórias fogem dos documentos oficiais do período, fogem também do olhar colonizador que escravizava e reprimia as populações negras. Sem dúvidas, os documentos oficiais que são dotados de colonialismo, tem a sua devida importância para a construção de um passado histórico, e a intenção aqui não é negá-los, mas buscar outros meios para se construir uma narrativa histórica que insere aqueles que não tiveram a oportunidade de serem ouvidos, afinal para se construir uma narrativa que foi coerente aos fatos, todos os lados da história precisam ser expressados, ouvidos e estudados.

[...] a escritora Chimamanda Ngozi Adichie alerta ao falar do perigo da história única. O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram (RIBEIRO, 2019, p. 65).

O "perigo da história única" de Chimamanda Ngozi Adichie, contribui para entendermos como determinadas histórias são legitimadas enquanto outras não. Quando apenas um grupo social detém o poder de contar a história, essas narrativas passam a ser adotadas como únicas e universais, e as histórias de sujeitos subalternizados são reduzidas, e muitas vezes, apagadas. A história única vai muito além de apenas limitar os conhecimentos sobre o passado, mas também ajuda a reforçar desigualdades no presente, como negar a complexidade e a humanidade daqueles que foram historicamente marginalizados dos lugares de fala.

Normalmente é a partir dessa literatura que o oprimido ganha um papel como sujeito ativo na história e ocorre um processo de reconhecimento da humanidade desses indivíduos. Após a lei de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil, esse longo período sanguinário que deixou marcas profundas e permanentes na história do país, tentou ser reinterpretado ou então minimizado e silenciado. E a literatura entra como um agente fundamental para lembrar-nos que houve sim um sistema político que reprimiu e escravizou e, além do mais, deixou suas vítimas sem quaisquer indenizações após a Lei Áurea e a mercê de violências, preconceitos e discriminações que perpetuam até a contemporaneidade. São nesses escritos que os subalternos ganham notoriedade e a população negra é compreendida como escravizada, e não escrava; portanto, pessoas que tiveram suas identidades forjadas nas sociedades coloniais. Como afirma a pesquisadora Joice Berth: “não me descobri negra, fui acusada de sê-la”. (BERTH, *apud* RIBEIRO, 2019, p. 24)

E é neste contexto que autores como Machado de Assis ganham evidência. Autor de diversas obras vastas e diversificadas, ganhou destaque na escrita de romances, contos, crônicas, poesias e até peças teatrais. Mesmo tendo origem humilde, alcançou significativa ascensão social e prestígio intelectual, o que impulsionou a ampla circulação e reconhecimento de suas obras, ficando conhecido como um dos pilares da literatura brasileira.

Quando Chalhoub utiliza e apresenta uma forma de analisar a obra *Helena* (1876) no primeiro capítulo do livro, em que ele propõe que “[...] o objetivo é apresentar um modo de ler *Helena* em que a visão de Machado sobre a história social e política do Brasil em meados do século XIX ocupa o centro da concepção e estrutura narrativa da obra.” (CHALHOUB, 2003, p. 18). Sendo assim, as obras de Machado de Assis oferecem a oportunidade de se interpretar historicamente a sociedade brasileira do período, e Chalhoub se baseia em uma abordagem historiográfica que se refere a história cultural ³, consolidada a partir dos anos de 1970 influenciada pela Escola dos Annales.

Helena não podia ser apenas o registro de certa estrutura e dominação: Machado escreveu tal romance em 1876, evocando as práticas sociais e o “clima” vigentes na década de 1850. Ou seja, é preciso ler *Helena* em suas duas historicidades: a da narrativa - anos 1850 - e a do autor - 1876 -, e considerar que houve, de permeio, a crise social e os debates políticos intensos que culminaram na lei de 28 de setembro de 1871, depois conhecida como Lei do Ventre Livre (CHALHOUB, 2003, p. 19).

Chalhoub evidencia que o romance machadiano ajuda a interpretar a sociedade brasileira durante os acontecimentos da década de 1850, em que a política de domínio era

³ A história cultural é uma aproximação da historiografia com temas, objetos e métodos de outras áreas das humanidades, como a arqueologia, a antropologia, a etnografia, a filosofia, a arte etc. na busca por compreender aspectos da experiência humana antes negligenciados pela historiografia tradicional. BURKE, Peter. O que é história cultural? 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

firmada nas questões paternalistas e as relações de dependência marcavam as relações sociais. A partir da abordagem da história cultural, as interações humanas são valorizadas, sejam formas de pensar, sentir ou agir de uma determinada época. Busca entender os textos produzidos durante determinados períodos históricos como portadores de cultura sobre a época.

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. [...] às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 2002, p. 17).

Além do mais, analisa como o poder e as identidades se constroem nas práticas sociais e discursivas. Desse modo, a literatura e a história nesta abordagem se fundem, pois a literatura é analisada como um espaço capaz de se entender as sensibilidades, contradições e saberes de um tempo. Que no caso de Chalhoub é analisar os escritos do século XIX de Machado de Assis.

No decorrer do livro, Chalhoub perpassa por diversos romances do Machado de Assis: *Helena* (1876), *Iaiá Garcia* (1878), *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Mariana* (1871). A partir da construção dos personagens, das falas, dos comportamentos e das relações sociais, Chalhoub identifica na narrativa diversas tensões sociais do período, especialmente no que diz respeito às dinâmicas da escravidão e das hierarquias raciais e sociais no Brasil oitocentista. Para Chalhoub (2003, p. 75) "as memórias de Brás - Memórias Póstumas de Brás Cubas - tornam-se, por conseguinte, um testemunho histórico importante sobre as transformações nas ideologias de sustentação do poder no período de crise da sociedade escravista" evidenciando, dessa forma, como a literatura machadiana reflete e problematiza as contradições de uma sociedade em transição, marcada pela persistência de desigualdades e pelas mudanças das formas de dominação social.

O objetivo aqui não é analisar a obra *Helena* (1876), mas entender a construção historiográfica que Chalhoub realizou com a obra para se compreender as tensões que culminaram no período e eram refletidas nela. O historiador começa expondo que os dois primeiros capítulos da obra realizam uma descrição da ideologia senhorial a partir da morte do conselheiro Vale. Nesse sentido, Chalhoub chama atenção para o caráter simbólico e político ligados à morte no universo senhorial. É evidenciado como esses momentos não se

restringem ao luto, mas funcionam como mecanismos de reafirmação das hierarquias sociais e da autoridade do senhor.

Um dos momentos mais cruciais e ritualísticos desse ideal de dominação/subordinação é o da morte seguida da abertura de testamento; de fato, o que fica expresso em tal contexto é que a vontade senhorial carrega tamanha inércia que continua a governar os vivos postumamente. Por um lado, o testamento é a manifestação máxima de uma vontade senhorial, sendo ao mesmo tempo o encaminhamento da continuidade de uma política de domínio que precisa sobreviver ao ato derradeiro daquela vontade específica (CHALHOUB, 2003, p. 20).

Sendo assim, pressupõe-se que o testamento não é apenas um documento jurídico, mas uma forma de realizar a manutenção do poder, sendo capaz de perpetuar as relações de dependência e subordinação mesmo após a morte do senhor. Na análise de Chalhoub, é evidenciado como a autoridade senhorial ultrapassa a dimensão da vida individual e se projeta como uma estrutura social capaz de permanecer, e capaz de revelar a profundidade dessas relações de dominação na sociedade escravista brasileira.

Desse modo, é a partir de trechos assim que é possível identificar as tensões internas como: o interesse dos herdeiros, os agregados e dependentes em geral vivendo a incerteza da partilha dos bens e o escravizados, que corriam o risco de ter as suas comunidades divididas entre os herdeiros ou destruídas por transações de compra e venda, sendo estes os mais frágeis nessas situações. Chalhoub realiza uma análise do paternalismo a partir daquilo que o romance *Helena* (1876) tem a nos dizer, tratando a obra como um testemunho histórico, nos revelando o caráter hegemônico da sociedade do período. O paternalismo presente nas obras machadianas segundo Chalhoub (2003, p. 47): “trata-se de uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana.” Portanto, o paternalismo não deve ser entendido como uma relação baseada em cuidado ou proteção, mas sim como uma estratégia de dominação social. O paternalismo é dominação e ao mesmo tempo ele limita as possibilidades de ação e resistência dos dependentes.

Vale lembrar que, no texto machadiano, Helena aparece como a filha do conselheiro somente na abertura do testamento, e que até então ele só tinha um filho, reconhecido como Estácio. E a partir do desejo do falecido que cuidem da filha, Chalhoub (2003, p. 21) afirma que “no céu azul e límpido armou-se logo a tempestade, e Machado, em seguida, e ainda sem abandonar por uma linha sequer o ponto de vista estritamente senhorial, estuda as tensões internas à classe dominante”. A partir da obra, Machado revela que nem mesmo a classe

dominante é totalmente estável, pois suas relações revelam fissuras, disputas, dúvidas e questionamentos sobre o pertencimento e a hierarquia.

Com a personagem Helena, Machado de Assis lança o leitor ao centro de uma política que revela quem domina e quem é dominado, pois a personagem tem uma visão de mundo que lhe é própria, seja de conversar e de interpretar a realidade à sua volta. Desse modo, Chalhoub (2003, p. 26) afirma que “Helena sabe que, no mundo ideal de Estácio, coisas e pessoas aparecem apenas como expressão da vontade dele, e logo o rapaz e seus semelhantes gostam de se imaginar controladores de uma espécie de economia de concessões e favores.”

Segue o trecho abaixo da obra *Helena* (1876) foi utilizada por Chalhoub (2003, p. 27) para entender às questões de dependências presentes na narrativa:

Valem muitos os bens da fortuna [...]; eles dão a maior felicidade da Terra, que é a independência absoluta. Nunca experimentei a necessidade; mas imagino que o pior que há nela não é a privação de alguns apetites ou desejos, de sua natureza transitórios, mas sim essa escravidão morla que submete o homem aos outros homens. A riqueza compra até o tempo, que é o mais precioso e fugitivo bem que nos coube. Vê aquele preto que ali está? Para fazer o mesmo trajeto que nós, terá de gastar, a pé, mais de uma hora ou quase.

A partir desse trecho, Chalhoub observa dois movimentos na fala de Estácio. O primeiro seria a independência tida como absoluta a partir da herança, ou seja, não existiria espaço para o reconhecimento dos direitos de outro. Nessa visão, tudo seria em torno da sua vontade, mas na prática isso não aconteceria, pois ela só existe dentro de uma sociedade marcada por conflitos de classe. Portanto, quando Estácio pensa que está “concedendo” algo, na verdade ele está cedendo diante das pressões e dos antagonismos sociais que tenta negar. E o segundo movimento seria a oposição que o personagem cria entre as duas ideias de independência absoluta e “escravidão moral”. A “escravidão moral” na fala de Estácio se refere a alguém que precisa seguir as regras morais, pois alguém totalmente independente não precisaria disso. Através desse trecho, Chalhoub tenta mostrar como funcionava a visão dos senhores sobre a escravisão, pois ao chamar de “escravidão moral” era exposto o lugar em que a escravidão ocupada na forma de pensar dos homens naquele período, ou seja, como se a dependência total fosse natural e inevitável.

A escravidão é a situação de máxima dependência nessa sociedade em que o centro da política de domínio é a produção de dependentes. Não é por acaso que, logo em seguida, Estácio procura exemplificar e reforçar o seu argumento contrastando a sua situação diretamente com a do preto, que era, “ao parecer, escravo”. Senhor e escravo são os dois extremos de uma cadeia que começa na “independência absoluta” e termina na “escravidão moral”, na submissão completa, que seria a característica da escravidão (CHALHOUB, 2003, p. 28).

O historiador trabalha as obras machadianas não só como uma mera escrita, mas como obras intelectuais que produziram uma leitura crítica da História do Brasil. Ao utilizar uma leitura histórica-cultural das obras, Chalhoub realiza um trabalho que demonstra a mentalidade, os valores e as contradições sociais da escravidão. O historiador não analisa como “ficção” as obras, apesar de serem, mas às lê como um documento cultural que expressa as questões políticas, sociais e culturais do período. Como é o caso de seguinte trecho, que a personagem Helena responde à questão anterior de Estácio:

Tem razão, disse Helena: aquele homem gastará muito mais tempo do que nós em caminhar. Mas não é isto uma simples questão de ponto de vista? A rigor, o tempo corre do mesmo modo, quer o desperdicemos, quer o economizemos. O essencial não é fazer muita coisa no menor prazo; é fazer muita coisa aprazível ou útil. Para aquele preto o mais aprazível é, talvez, esse mesmo caminhar a pé, que lhe alongará a jornada, e lhe fará esquecer o cativo, se é cativo. É uma hora de pura liberdade (CHALHOUB, 2003, p. 29).

Chalhoub explica que nessa passagem específica da obra, o objetivo da personagem Helena é mostrar a Estácio que a visão de mundo dele não pode ser utilizada como critério ou como medida para as demais coisas. Essa visão de Estácio reflete a elite escravocrata do período em que a obra foi feita, ignorando portanto os conflitos sociais que existiam. Ao tentar mostrar que a visão de Estácio não pode ser utilizada como parâmetro universal, ela utiliza o exemplo de um escravizado que em seu momento de descanso pode interpretar aquele singelo momento como uma forma de autonomia ou então "liberdade". Chalhoub evidencia que essa visão de Helena é incomum para o período, pensando em uma ótica diferente da elite escravocrata.

Ocorre, porém, que Helena continua a falar de cativo. Numa sociedade escravista, escravos e animais encontram-se muitas vezes em lugar semelhante no que tange à estrutura legal e até às representações sociais: num inventário post-mortem, por exemplo, escravos e animais aparecem lado a lado como os bens semoventes do senhor/proprietário; nos discursos de denúncia contra a escravidão, era comum que os críticos do regime acentuaram seus horrores traçando paralelos entre a condição dos escravos e a dos animais “irracional” à sua volta (CHALHOUB, 2003, p. 32).

Nesse mesmo sentido, no trecho a seguir, Chalhoub (2003, p. 135) realiza uma interpretação sobre a fragilidade da liberdade em uma sociedade marcada pela escravidão.

Em Helena, [...] A aproximação entre escravidão e liberdade, para enfatizar a precariedade e os limites de qualquer experiência de liberdade numa sociedade paternalista, organizada em torno da reprodução dos laços de dependência pessoal, politiza eficazmente o drama do processo de emancipação dos escravos, então em evidência. Escravidão e paternalismo, cativo e dependência pessoal, parecem duas faces da mesma moeda.

O historiador evidencia que todos tiveram a sua existência perpassada pelos enlaces da escravidão, até as pessoas consideradas livres tiveram suas relações de dependência pessoal forçadas. Desse modo, Chalhoub interpreta o paternalismo, que era a base das relações

sociais, como uma estrutura que obrigava à todos nessa hierarquia rígida, tanto livres como escravizados, a continuarem sendo submetidos a essas formas de dominação.

Em uma entrevista no ano de 2008 para o Programa Inaugural de Pós-Graduação em História da UFPB, Chalhoub falou sobre o ofício do historiador. Em virtude de ser de uma geração de historiadores que realizou pesquisas acerca do cotidiano dos trabalhadores, a história social da escravidão e do período oitocentista, em certo momento da entrevista, Chalhoub (2008, p. 192) respondeu que ao estudar os textos de Machado de Assis "foi exatamente ver como a literatura dele fazia um esforço de representação do modo de atuação dos dependentes, dos escravos, na sociedade brasileira do século XIX".

No trecho a seguir, é possível identificar aspectos gerais que Chalhoub (2003, p. 196) destaca em algumas das obras clássicas da literatura brasileira, como a escravidão é interpretada diferentemente por cada autor brasileiro, como por exemplo José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo.

Em Macedo, a escravidão impregna a sociedade inteira, corrompendo-a; a emancipação é a regeneração social. Em Alencar, a escravidão é a chave de todo um modo de vida, não necessariamente mau; se "as luzes do século" e circunstâncias políticas específicas exigiam a emancipação, era preciso fazê-la sem comprometer a continuidade do mundo senhorial. De qualquer forma, o tom nostálgico de *O tronco do ipê*, escrito e publicado entre setembro de 1870 e janeiro de 1871, testemunhava a visão de Alencar sobre o momento político: a batalha em torno da lei de emancipação estava para recrudescer no parlamento, e parece difícil vencer as forças do governo.

Desse modo, o período em que tanto Machado de Assis e Maria Firmina viveram, foi marcado por fortes mudanças nas estruturas sociais e políticas. Sendo assim, cada obra machadiana que foi escrita em diferentes épocas e portanto com diferentes políticas também, se faz necessário uma cautela ao analisá-las. Pois como dito anteriormente, houve obras que demoraram anos para serem concluídas e que durante a escrita dessas, outras leis foram sancionadas e entraram em vigor.

Ademais, apesar das obras serem ficcionais, é possível falar de uma realidade que a literatura constroi. A forma como Maria Firmina descreveu as cenas e os seus personagens, é um retrato muito bem realizado acerca do período em que ela vivenciou, e é justamente essa a riqueza da literatura. É através de conceitos contemporâneos que podemos tentar responder a essas questões. Mas uma coisa é certa: é quase impossível as obras serem, em seu absoluto, somente ficcionais. Os relatos de captura, de sofrimentos e torturas dos personagens escravizados que Maria Firmina representou em suas obras, carregam detalhes e um olhar sensível que só quem teve sua vida marcada pelos horrores da escravidão é capaz de transmitir. Sem dúvidas, muitas das histórias em que a autora ouvia de seus companheiros que

eram ex-escravizados, ou até mesmo escravizados, ela transformou em uma literatura de denúncia, mas estou antecipando as coisas aqui, para Maria Firmina dos Reis dedicarei minha atenção no próximo capítulo.

Para finalizar, penso ser importante outro paralelo entre Machado de Assis e Maria Firmina dos Reis. No texto *A Escrivivência e seus subtextos* (2020) de Conceição Evaristo afirma justamente essa forma de contaminação que os textos carregam de seus autores e de seu tempo.

Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade (EVARISTO, 2020, p. 38).

Evaristo explica que, para analisarmos a escrita de mulheres negras, é necessário analisar as dores, as lutas e as resistências enfrentadas por essas mulheres. É a partir da experiência coletiva que a autora tem de sua volta, que ela escreve sobre essa ótica. A escrevivência serve também para lembrar sobre aqueles sujeitos que por muito tempo foram apagados e silenciados da história. Portanto, o ato de escrever pode ser interpretado como um ato político, pois serve como denúncia e afirmação daquilo que a sociedade sempre buscou invisibilizar, apagar e silenciar.

Apesar de Maria Firmina ter vivido no mesmo período que Machado de Assis, o modo de vida e a experiência não foram nem de longe iguais. Machado teve seus contatos com a elite da época, as suas obras e a sua vida receberam o seu devido reconhecimento. Maria Firmina foi uma mulher negra e pobre, que não teve prestígio social e a sua vida foi marcada por lutas e dores oriundas da escravidão. As histórias que redigiu não são meras histórias, mas relatos históricos sensíveis sobre um período desumano que a mesma vivenciou, e buscou eternizá-lo nas suas obras. Desse modo, Evaristo afirma que (2020, p. 54) “nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande”, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.”

Como mencionado anteriormente, Maria Firmina realizou pela primeira vez na história a verdadeira nomeação do que os escravistas realmente eram: “traficantes de carne humana”. Mas mesmo assim, a sua vida e as suas obras são pouco conhecidas e divulgadas. Aqui cabem diversos questionamentos, como: se Maria Firmina fizesse parte da elite da época teria ela ganhado notoriedade? E se tivesse nascido em uma família privilegiada e fosse branca, será que os seus escritos seriam esquecidos e redescobertos somente no século XX? Ou então se tornaria uma pioneira que teria um grande reconhecimento na literatura

brasileira? São questionamentos a serem estudados, levando em consideração sempre o motivo pelo qual eles não aconteceram: a sua subalternidade.

3 SEGUNDO CAPÍTULO - Uma escrita de resistência

No decorrer deste capítulo serão analisadas duas obras de Maria Firmina dos Reis: *A escrava* e o romance abolicionista *Úrsula*. *A escrava* foi publicado originalmente em um periódico da época chamado *Revista Maranhense*. Posteriormente, o conto passou a fazer parte de coletâneas de contos de Maria Firmina e parte também das antologias da literatura brasileira. As obras de Maria Firmina eram caracterizadas pela forma como a autora escrevia sobre os escravizados e como ela trouxe estes como protagonistas em suas obras, bem como sobre o papel da mulher na sociedade daquele período.

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2020, p. 85).

Maria Firmina dos Reis ocupa um lugar de destaque na literatura brasileira por ser considerada a primeira romancista negra do país e uma das pioneiras da literatura abolicionista. Nascida em São Luís, Maranhão, era filha de uma mulher alforriada. Em 1847, conquistou um cargo no magistério público, onde lecionou por mais de três décadas. Em 1859, publicou *Úrsula*, obra inovadora por apresentar personagens negros escravizados como sujeitos dotados de voz, memória e humanidade, rompendo com as representações estereotipadas predominantes na literatura oitocentista. Além de *Úrsula*, escreveu contos, poemas, crônicas e o conto *A Escrava* (1887), mantendo uma produção literária marcada pela crítica à escravidão, ao patriarcado e às desigualdades sociais. Apesar da relevância de sua obra, Maria Firmina permaneceu por muito tempo à margem da historiografia literária, sendo amplamente redescoberta e valorizada apenas a partir do final do século XX, quando passou a ser reconhecida como uma das principais vozes da literatura brasileira do século XIX.

No texto *Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo* de Maria Helena Pereira Toledo Machado, afirma que o ato de escrever surge a partir das experiências de exclusão e de negação, portanto um ato de emancipação. Há, no imaginário social brasileiro, a tendência de associar os séculos passados a baixos níveis de letramento, especialmente entre grupos subalternizados. No entanto, essa percepção simplifica uma realidade mais complexa, na qual diferentes formas de acesso à leitura e à escrita coexistiam com práticas culturais diversas.

Nesse contexto, o escrever surge impregnado da experiência de exclusão e de sua negação, tornando-se, assim, um ato de emancipação. Embora tenhamos nos acomodado à certeza de que a sociedade brasileira, pouco letrada no geral, apenas raramente produziu escritos pessoais e relatos de vida do punho de pessoas comuns, muito menos ainda de escravos, libertandos, libertos e pessoas negras livres, atualmente podemos desvelar outra realidade. Embora escassos, já foram localizados muitos textos de autoria de homens e mulheres afro-descendentes, que documentam a existência de vozes narrativas inéditas (MACHADO, 2019, p. 93).

É possível encontrar poemas, contos e histórias escritas por pessoas que tiveram sua vida violada pelos crimes da escravidão. Já foram localizadas diversas obras que revelam a realidade de pessoas excluídas socialmente no século XIX. Para além do caso da Maria Firmina dos Reis, temos Luiz Gama, um homem negro e ex-escravizado que atuou como advogado para a libertação de centenas de escravizados na justiça, e Castro Alves, poeta brasileiro que teve suas obras marcadas pela denúncia da violência da escravidão.

Firmina, mais do que precursora, foi a representante maior de um gênero quase desconhecido no país, o da literatura abolicionista, que expunha os horrores da escravidão sem transferir para as costas dos escravos e escravas todos os males das sociedades escravistas. Como notaram estudiosos, o Brasil possuiu uma literatura abolicionista muito peculiar, que se caracterizava, em primeiro lugar, por ter surgido tardiamente. Isso porque, ressaltaram esses autores, personagens afros eram, na literatura anterior à década de 1850, muito escassos e quando surgiam ocasionalmente no papel de escravos/as, sua confecção literária se resumia a pinceladas superficiais e distanciadas. A maciça presença da população africana e afrodescendente no Brasil, escravizada ou liberta, não encontrava contrapartida na literatura. Nenhum personagem afrodescendente crescia a ponto de captar atenção ou tornar-se foco da narrativa (MACHADO, 2019, p. 94).

Maria Firmina nasceu em São Luís, no Maranhão. A sua data de nascimento diverge entre o dia 11 de outubro de 1822, e o dia 11 de março de 1825, localizado recentemente em documentos. As representações artísticas sobre seu fenótipo, normalmente são errôneas, e é possível levantar diversos questionamentos acerca de como ela é representada. Normalmente, como uma mulher branca com traços europeus. Kulkamp afirma que a única descrição sobre a fisionomia de Maria Firmina está presente no livro de José Filho que realizou uma entrevista com uma das filhas adotivas de Maria Firmina, chamada de “Nhanzinha Goulart, e também de uma aluna sua chamada Eurídice Barbosa. Nessa descrição aparece que Firmina tinha rosto arredondado, cabelos crespos e grisalhos, e olhos escuros” (KULKAMP, s/d, p.4).

Maria Firmina é muito confundida, por causa da semelhança de nomes, com a escritora gaúcha Maria Benedicta Câmara Bormann (1853-1896), uma mulher branca, de uma família rica, da região sul do país e com uma história de vida muito diferente de Maria Firmina. Uma imagem em homenagem a Maria Firmina dos Reis, segundo Kulkamp (s/d, p.4) está localizada na Câmara Municipal de Guimarães, no estado do Maranhão, realizada

pelo artista Rogério Martins, mas que foi baseada no fenótipo de Maria Bormann. Na imagem é possível ver Maria Firmina com traços europeus e brancos mais evidentes.

Figura 1: Retrato de Maria Firmina, por Rogério Martins⁴



Maria Firmina era filha de uma mulher liberta chamada Leonor Felipa dos Reis, que foi vítima dos açoites da escravidão no Brasil. O seu pai se chamava João Pedro Esteves, e nunca chegaram a se casar oficialmente. Sobre seus pais,

Nascida em São Luís do Maranhão, em 11 de outubro de 1825 – ou em 11 de março de 1822, conforme sugerem documentos recentemente localizados –, Maria Firmina dos Reis foi a primeira filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipa dos Reis. Seus pais nunca se casaram. Consta igualmente que o pai fosse homem negro, e a mãe pertencente à família Reis, originários de Guimarães, vila litorânea do interior da então província maranhense. Sendo esse o caso, Felipa Leonor seria branca ou branca da terra (MACHADO, 2019. p. 94).

Levando em consideração a dificuldade que mulheres e meninas tinham de ter acesso à educação, especialmente negras, pouco se sabe como se deu a educação e formação intelectual de Maria Firmina.

Sobre essa questão, é dito que Firmina era autodidata e que dominava o francês, pois realizou algumas traduções de textos para jornais quando adulta. Sabe-se também que ela tinha uma tia, Henriqueta, que tinha posses, e que possivelmente pode ter auxiliado no cuidado de Firmina, bem como um primo que foi jornalista e escritor, Francisco Sotero dos Reis (KULKAMP, s/d, p. 1).

Desafiando as normas e moral da época, Maria Firmina conquistou um cargo como a primeira professora concursada no estado do Maranhão. Também é considerada a primeira escritora brasileira a publicar um romance abolicionista brasileiro, *Úrsula*, obra que será analisada neste capítulo.

Quando adulta, Reis foi a primeira professora concursada do estado do Maranhão a exercer esta profissão na instrução primária em 1847, na vila de Guimarães. Também é considerada a primeira escritora a publicar um romance abolicionista

⁴ **Fonte:** MARTINS, Rogério. *Retrato de Maria Firmina dos Reis*. 2011. Pintura (técnica não informada), dimensões não informadas. Câmara Municipal de Guimarães (MA). Obra encomendada por Antônio Norberto. A pintura foi posteriormente reconhecida como baseada no retrato de Maria Benedita Câmara Bormann, sendo considerada uma representação equivocada de Maria Firmina dos Reis.

brasileiro, Úrsula – 1859-605. Esta obra foi denominada pela própria autora como um “romance original brasileiro” escrito por “uma maranhense” (KULKAMP, s/d, p.1).

Para além de desafiar as suas realidades no século XIX e ter se tornado uma autora que deu à luz a literatura abolicionista, Maria Firmina rompeu com as representações estereotipadas e marginalizadas sobre a população negra que predominava na literatura brasileira do século XIX. Um exemplo das representações estereotipadas que se tinha na literatura oitocentista sobre as pessoas negras e escravizadas é o personagem Pai José, da obra *A Escrava Isaura*, de 1875, escrita por Bernardo Guimarães. O personagem é construído a partir de uma imagem idealizada de um escravizado fiel, que obedece às ordens de seus senhores, ajudando a reforçar esse estereótipo do negro passivo e submisso. Em contraste, Maria Firmina atribuiu voz, memória e subjetividade aos seus personagens negros, rompendo com esse modelo de representação. Ao escrever sobre essas pessoas em suas obras, ela traz consigo a evidência dos sofrimentos causados pelas mazelas da escravidão, evidencia sofrimentos, experiências e formas de resistências diversas. Na passagem do capítulo 14 da obra *Úrsula* é possível entender o que uma alma escravizada passa através da escrita de Firmina “não há descanso para o seu corpo, nem tranquilidade para seu espírito desvairado pelo terror de tantos e tão contínuos sofrimentos! Miserável escravo. Tantas dores há em seu coração; e nós as não compreendemos!” (REIS, 1859, p. 122).

O sujeito escravizado para de ser somente marginalizado, e passa a ser um sujeito ativo principal da sua própria história.

Firmina, mais do que precursora, foi a representante maior de um gênero quase desconhecido no país, o da literatura abolicionista, que expunha os horrores da escravidão sem transferir para as costas dos escravos e escravas todos os males das sociedades escravistas. Como notaram estudiosos, o Brasil possuiu uma literatura abolicionista muito peculiar, que se caracterizava, em primeiro lugar, por ter surgido tardiamente. Isso porque, ressaltaram esses autores, personagens afros eram, na literatura anterior à década de 1850, muito escassos e quando surgiam ocasionalmente no papel de escravos/as, sua confecção literária se resumia a pinceladas superficiais e distanciadas (MACHADO, 2019, p. 94).

Sem dúvidas os avanços que ocorreram nas formas de representação na literatura a partir da segunda metade do século XIX foram de suma importância para ampliar a perspectiva sobre a presença dessas personagens subalternizadas na História, entretanto em sua grande maioria as representações continuaram marcadas por estereótipos e visões racializadas. Normalmente, os papéis nas histórias ocupados por esses sujeitos eram associadas a submissão, a sensualidade, a violência e ao sofrimento extremo, dificilmente explorava-se aspectos para além disso. Nesse sentido, mesmo as obras que denunciava o

sistema escravista, ainda mantinham concepções que ajudavam a reforçar preconceitos, e as consequências da violência presente na escravidão eram atribuídas aos próprios escravizados.

Após 1850, a literatura romântica começa a apresentar escravos e escravas com maior densidade dramática, porém, ainda assim, eram esses tipos estereotipados, como a mulata sensual, a escrava branca bela e pura, o moleque esperto, o escravo violento e vingativo ou o escravo, e mais ainda, a mãe escrava, sofredora. Tratava-se, na realidade, de uma literatura caracterizada por se apresentar, ao mesmo tempo, como antiescravidão e antiescravo, na qual o/a escravizado/a só podia ser vítima absoluta ou, ao contrário, personagem maléfico, possuidor de caráter e personalidade disfuncionais, produzidos pela miséria do sistema escravista. De tal forma a escravidão os havia corrompido, que nada mais podia ser feito para salvá-lo do mar de irracionalidade, hipocrisia e dissimulação em que haviam crescido e aprendido a sobreviver. As mazelas da escravidão, n esse sentido, recaíam especialmente nos afrodescendentes, que acabavam recebendo finais trágicos e eram, com razão, expurgados da cena literária – que, obviamente, surgia como metáfora – para purificação da sociedade (MACHADO, 2019, p. 94).

Ao longo de sua vida publicou diversas obras, como livros, contos, poemas:

No decorrer da vida, Firmina publicou também vários poemas em jornais variados como: A Imprensa; Publicador Maranhense; A Verdadeira Marmota; Almanaque de Lembranças Brasileiras; Eco da Juventude; Semanário Maranhense; O Jardim dos Maranhenses; Porto Livre; O Domingo; O País; A Revista Maranhense; Diário do Maranhão; Pacotilha; e Federalista. Em 1861, Firmina publicou dois poemas (Por Ver-te e Minha Vida) em uma antologia poética intitulada Parnaso Maranhense. E em 1871, reuniu todos os seus poemas na obra Cantos à beira mar (KULKAMP, s/d, p. 2).

Além de ser educadora e escritora, Maria Firmina também foi compositora de algumas músicas como *Hino à Mocidade* e *Hino à liberdade dos escravos* (1888). Entre os anos de 1853 e 1910 a autora escreveu um diário que recebeu o nome de *Álbum*. Em 1975 ele foi redescoberto pelo pesquisador e escritor maranhense José Nascimento Moraes Filho e publicado no livro *Maria Firmina - Fragmentos de uma vida*. O diário era composto por vários fragmentos da vida de Maria Firmina, "em meio a passagens que expressam uma profunda vivência da perda e da solidão, outras surgem mais alegres e otimistas" (Machado, 2019, p. 104), contendo 28 páginas, sendo o primeiro texto datado de 1853, e o último em 1903.

No fluxo dos escritos encontramos textos longos, com reflexões de grande profundidade sobre sua vida afetiva, alguns datados outros não, diversos poemas e anotações menores que registram fatos cotidianos, como chegadas e partidas de amigos e amigas, registros de mortes que foram seriamente lamentadas, reflexões sobre Deus e, sobretudo, o registro de uma terrível solidão, que levou a que sua autora tenha, mais de uma vez, considerado o suicídio (MACHADO, 2019, p. 100).

Maria Firmina nunca se casou, dedicou a sua vida à educação e deu voz àqueles que não eram escutados. Nesse mesmo sentido, apesar de não ter concebido filhos biológicos, cuidou ao todo de onze crianças, sendo estes filhos adotados e afilhados, e algumas dessas crianças eram filhos de pessoas que foram escravizadas. Maria Firmina morreu cega e pobre.

Depois disso, sua vida foi esquecida dos livros sobre literatura no Brasil. Em 1962, um bibliógrafo, Horácio de Almeida, achou um exemplar de *Úrsula* no meio de uma pilha de livros antigos que adquiriu em um sebo do Rio de Janeiro, e a partir daí, passou a ser lembrada e estudada (KULKAMP, s/d, p. 3).

O seu falecimento foi datado no dia 11 de novembro de 1917, também no estado do Maranhão.

Firmina foi longeva, falecendo apenas em 1917, aos 92 anos – ou 95 – a depender da data de nascimento que se considere. Atravessou, portanto, todas as grandes crises vividas por sua província natal, da Balaiada às revoltas de escravos como a do Viana de 1867. Conviveu com a presença de quilombolas e fugitivos em todas as partes da geografia urbana e social da capital e do interior, com o esvaziamento da propriedade escrava pós-1850, quando essa passou a ser vendida para o sudeste, assistiu ao impacto das leis abolicionistas, da Abolição e do pós-abolição, podendo observar as transformações e permanências dessa sociedade patriarcal, patrimonialista, paternalista e violenta para além dos estertores do próprio sistema escravista (MACHADO, 2019, p. 95).

O mundo que Maria Firmina viveu e conheceu era marcado por uma sociedade escravista, patriarcal e com uma grande violência. Levando em consideração a falta de recursos e a subalternidade de sua vida, interessa a interpretação do seu tempo que, diferente dos seus contemporâneos, soube observar as luzes e as sombras do período, seus problemas e as suas possibilidades. Seus escritos expõem as violências daquele século, transformando tudo isso em literatura. A personagem Úrsula, presente na obra de 1859, na fala que se dirige ao personagem Túlio diz “Oh, a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar!” (REIS, 1859, p. 27). Firmina evidencia que embora o sistema escravista rompesse com a liberdade física desses indivíduos, esse sistema não era capaz de subjugar os pensamentos, memórias e a consciência dessas pessoas. Quando Reis destaca essa liberdade da mente, ela atribui humanidade nesses sujeitos escravizados, o que se contrapõe às representações estereotipadas predominantes na literatura do século XIX.

Nesse mesmo trecho, a autora narra de forma sensível os pensamentos do personagem Túlio antes da captura. É possível visualizarmos o que a escravidão é capaz de fazer na vida de uma pessoa que era livre em sua terra natal.

Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da Pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida; vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! Desperta porém em breve dessa doce ilusão, ou antes sonha que a engolfara, e a realidade opressora lhe aparece — é escravo e escravo em terra estranha! Fogem-lhe os areais ardentes, as sombras projetadas pelas árvores, o oásis no deserto, a fonte e a tamareira — foge a tranquilidade da choupana, foge a doce ilusão de um momento, como ilha movediça; porque a alma está encerrada nas prisões do corpo! Ela chama-o para a realidade, chorando, e o seu choro, só Deus compreende! Ela não se pode dobrar, nem lhe pesam as cadeias da escravidão; porque é sempre livre, mas o corpo geme, e ela sofre, e chora. Porque está ligada a ele na vida por laços estreitos e misteriosos (REIS, 1859, p. 27).

No seu diário, mencionado anteriormente, é possível encontrar Maria Firmina não apenas como uma escritora, mas como um ser humano repleto de medos e angústias. Os relatos sensíveis do diário sobre sua vida afetiva, fatos cotidianos e o registro da solidão terrível que sofreu no decorrer da vida, nos mostram quem foi essa escritora maranhense. Maria Firmina trilhou um caminho em que questionava seu tempo, seu lugar social, raça e afetos.

Esse foi o mundo em que viveu Maria Firmina, o de uma sociedade escravista, patriarcal, paternalista e muita violenta, apesar das repetidas afirmações da benignidade da classe senhorial. Como mulher negra de poucas posses, educada em casa e com acesso limitado aos livros, tudo o que Firmina chegou a alcançar – seu posto de primeira professora de primeiras letras de Viamão, escritora pioneira de romance abolicionista publicado em uma das principais tipografias da capital (Úrsula, 1859), autora de romance indianista (Gupeva, 1861) e conto (“A Escrava”, 1887), publicados nos jornais locais, colaboradora de jornais literários, poetisa incluída em antologia dos principais poetas da época (Parnaso Maranhense, 1861, e Cantos a Beira Mar, 1871) – tem que ter sido fruto de uma enorme resiliência e decisão pessoal. Faltando-lhe recursos e contatos familiares, isolada em uma vila interiorana, suas aquisições foram sempre dignas de nota. Exceção à regra em relação aos protocolos e qualidades sociais necessárias para transitar no mundo das elites intelectuais da província e, ainda mais devido à precocidade de seu primeiro e principal romance, Firmina certamente enfrentou constrangimentos sociais (MACHADO, 2019, p. 99).

O trecho abaixo é um reflexo do que Firmina denunciava em suas obras. Ela refletia as consequências da escravidão, a violência física, o sistema escravocrata na economia, na moral e na sociedade, que atravessou todos daquele período, com suas injustiças e barbáries.

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós. Embalde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...(REIS, 1887, p. 16).

Escrito em 1887, um ano antes da abolição da escravidão no Brasil com a Lei Áurea, o conto se insere em um período em que o país passava por intensas transformações políticas e sociais, marcadas pelo fortalecimento do movimento abolicionista, pela pressão de diferentes grupos sociais e pelo crescente questionamento do sistema escravocrata. Quase todos os países que eram escravistas já tinham aderido a proibição da escravidão, o Brasil foi um dos últimos. Além disso, leis anteriores a 1888, como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, já indicavam um processo gradual de enfraquecimento da escravidão. Nesse contexto de transição, a obra de Firmina se insere como uma voz crítica que não apenas

acompanha essas mudanças, mas também denuncia de forma contundente as contradições e violências desse sistema, contribuindo para o debate público que antecedeu a abolição.

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher negra, pobre” como um item respeitoso na lista de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPIVAK, 2010, p. 126).

Quando analisamos os documentos oficiais que foram redigidos no Brasil do século XIX, as nomeações para se referir aos escravizados ou para caracterizá-los, destituiu deles toda e qualquer humanidade, eram reduzidos a animais e comércio humano.

A máscara, portanto, suscita muitas questões: por que a boca do sujeito negro deve ser presa? Por que ela ou ele deve ser silenciado? O que poderia dizer o sujeito negro se sua boca não fosse selada? E o que o sujeito branco deveria ouvir? Há um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá que escutar. Ele/ela seria forçado a um confronto desconfortável com as verdades dos “Outros”. Verdades que foram negadas, reprimidas e mantidas em silêncio, como segredos. Eu gosto dessa frase “quieta na medida em que é forçado a”. Essa é uma expressão das pessoas da Diáspora africana que anuncia como alguém está prestes a revelar o que se supõe ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (KILOMBA, 2012, p. 20).

Como mencionado no primeiro capítulo desse trabalho, para Simone de Beauvoir “não há crime maior do que destituir um ser humano de sua própria humanidade, reduzindo-o à condição de objeto” (apud RIBEIRO, 2019, p. 26). Mas e quando esse papel se inverte, quando as pessoas em condições semelhantes ou próximas aos escravizados resolvem escrever sobre a política escravocrata, qual posicionamento tomam para descrever os escravistas?. Adichie fala sobre a importância de visões amplas sobre outras perspectivas da História, pois tomar uma visão única e universal é preocupante, afinal pode-se criar uma história única:

Alguns anos atrás, fui visitar o México. Na época, o clima político nos Estados Unidos, de onde eu vinha, estava tenso, e debatia-se muito a imigração. Como costuma acontecer nos Estados Unidos, imigração tinha se tornado sinônimo de mexicanos. Havia histórias infundáveis sobre pessoas que fraudavam o sistema de saúde, passavam clandestinamente pela fronteira ou eram presas ali, esse tipo de coisa. Eu me lembro de sair para passear no meu primeiro dia em Guadalajara e ver as pessoas indo para o trabalho, fazendo tortilhas no mercado, fumando, rindo. Primeiro senti uma leve surpresa, e então fui tomada pela vergonha. Percebi que tinha estado tão mergulhada na cobertura da mídia sobre os mexicanos que eles haviam se tornado uma só coisa na minha mente: o imigrante abjeto. Eu tinha acreditado na história única dos mexicanos e fiquei morrendo de vergonha daquilo. É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna (ADICHIE, 2017, p. 3).

A escrita da História nunca foi um processo neutro, mas resultado de disputas em torno da memória, da representação e do poder. Ao longo do tempo, determinados grupos sociais tiveram maior poder e espaço para narrar os acontecimentos históricos a partir de suas perspectivas, enquanto outros foram silenciados e tiveram suas histórias esquecidas, ou então

escrita por terceiros. Nesse sentido, a forma como os fatos são narrados influencia diretamente a compreensão do passado, uma vez que as escolhas sobre o que contar, quem pode contar e quais perspectivas serão privilegiadas moldam a construção do conhecimento histórico. Sobre essa questão, Chimamanda Ngozi Adichie afirma que:

Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar". Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente (ADICHIE, 2017, p. 3).

As relações de poder durante a história, sempre privilegiou determinadas vozes em detrimento de outras. A invisibilização de pessoas negras na historiografia demonstra notoriamente isso. Ao se discutir autores negros como Maria Firmina, é uma forma de questionar os processos que historicamente silenciaram autores e autoras negras, impedindo dessa forma que ocupassem espaços de destaque por exemplo.

Para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas (RIBEIRO, 2019, p. 28).

Reis foi uma das pioneiras para além de dar nome àqueles que foram silenciados, fornecer a nomeação correta para os escravistas.

E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira — era uma escrava! Foi embalde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível (REIS, 1859, p. 84).

Bárbaros. Sabemos que o termo surge para se referir aqueles que eram considerados não civilizados, aquilo que Beauvoir chama de “Outro”. No início da colonização das Américas, por exemplo, bárbaros eram os povos originários que já habitavam o continente antes do invasor. Sabemos também que foi uma nomeação utilizada pelos europeus para se referirem aos povos indígenas como atrasados ou ultrapassados por não seguirem a lógica colonial. Nessa mesma lógica “Os judeus são “outros” para o antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários.” (BEAUVOIR, p. 11, 1980). A historiografia normalmente utilizada nas narrativas históricas tem como centro a Europa, e o restante é o “Outro”:

Desejo que habitaria o sujeito inominado do Outro da Europa. Não é apenas o fato de que tudo o que leem - crítico ou não - esteja aprisionado no debate sobre a produção desse Outro, apoiando ou criticando a constituição do Sujeito como sendo a Europa (SPIVAK, 2010, p. 46).

Maria Firmina ao utilizar o termo bárbaros inverteu o sentido primário da palavra, pois tradicionalmente bárbaros eram as pessoas não brancas, entretanto a autora utiliza o termo para se referir aos agressores dos escravizados. Ao se utilizar nomeações como “senhores de escravos” e “escravistas” mascaramos toda a violência que ocorreu contra pessoas inocentes que tiveram suas vidas ceifadas por causa dessas pessoas. Nesse mesmo sentido, é irônico chamarmos de “senhores” àqueles que interromperam as vidas de milhares de indivíduos sem ter um pouco de humanidade. Ao utilizar esses termos, colocamos para “debaixo do tapete” toda a verdadeira sujeira do colonialismo, como o trecho abaixo demonstra:

Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava — pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus, o que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar! Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé, e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa: davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água (REIS, 1859, p. 85).

Mesmo utilizando o termo bárbaro para se referir aos escravistas, Maria Firmina se mostrou uma mulher deveras generosa. Pois, apesar de tudo, ela não lhes tratou como pessoas inferiores, apesar da sua indignação, em nenhum momento ela tenta retirar-lhes a humanidade - mesmo que não tenham - como os mesmos fizeram tantas vezes ao longo da história com as pessoas negras e indígenas. Pelo contrário, ela escreve:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé, e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa: davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim, e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 1859, p. 84).

Ela nomeia os escravistas também de criaturas humanas, e mostra a sua indignação como essas pessoas foram capazes de fazer tantas atrocidades em nome do “progresso humano” sem doer neles as dores de tantos outros. Com isso, Adichie (2017, p. 5) fala da importância da utilização de outras visões na história para lembrar-nos sobre a luta,

resistência e coragem das pessoas escravizadas durante o período oitocentista “Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida”.

Como mencionado no capítulo anterior, aqui se dá também a importância do lugar de fala, discutido principalmente por Djamila Ribeiro e Grada Kilomba. Kilomba descreve, por exemplo, a importância de romper hierarquias instituídas pelo discurso autorizado “eles têm fatos, nós temos opiniões; eles têm conhecimento; nós, experiências. Nós não estamos lidando aqui com uma “coexistência pacífica de palavras”, e sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar.” (*apud* RIBEIRO, 2019, p. 88).

Nesse mesmo sentido, de dar nomes verdadeiros e ressignificar a escrita da história, como mencionado no capítulo anterior, Maria Firmina os nomeia novamente.

Ah! Se pudesse, nesta hora extrema ver meus pobres filhos, Carlos e Urbano!.. Nunca mais os verei! Tinham oito anos. Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente (REIS, 1887, s/p).

Ao romper com os discursos que tem como objetivo suavizar a violência da escravidão, Reis nomeia os escravistas daquilo que nenhum intelectual com visão centrada na Europa seria capaz: traficantes de carne humana. Quando Reis adota esse vocabulário, ela também causa um forte impacto político e moral com sua escrita, afinal ela escancara essa desumanização presente no sistema escravista e evidencia o comércio humano através das pessoas negras como benefício econômico das elites.

Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais (RIBEIRO, 2019, p. 31).

Maria Firmina foi uma das precursoras da abordagem decolonial, mesmo sem saber. Sua escrita, portanto, transformou-se em um instrumento de denúncia e resistência, antecipando críticas que mais tarde seriam centrais para o pensamento abolicionista e antirracista brasileiro. Ela, além de utilizar expressões que iam contra tudo o que a sociedade daquele período defendia, humanizou os sujeitos subalternizados e expôs a brutalidade vivida por eles.

Úrsula pertence a uma literatura sentimentalizada, cujo foco repousa na ideia de que os/as subalternos/as – mulheres e escravos/as – por seus nobres sentimentos e

capacidade de autossacrifício são o repositório da renovação social, capaz de superar os males da sociedade escravista (Stokes, 2014, p.1-20). Enfocando questões angulares da sociedade brasileira; isto é, a violência do patriarcalismo e da escravidão, ao romance subjaz a hipótese de que a ausência de freios às paixões humanas próprias a uma sociedade que repousa sobre a opressão da escravidão e a subserviência das mulheres promove a distorção do caráter masculino (MACHADO, 2019, p. 99).

O trecho a seguir, foi retirado do capítulo *Preta Susana* da obra *Úrsula* (1859), e nos diz o seguinte:

[..] Meu filho, acho bom que não te vás. Que te adianta trocares um cativo por outro! [...] (Túlio responde) Não troco cativo por cativo, oh não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade!.

- Tu! Tu livre? Ah, não me iludir! - exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. - Meu filho, tu és já livre?...

- Iludi-la! - respondeu ele, rindo-se de felicidade. - E para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo, sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas; livre como os éreis na vossa pátria (REIS, 1859, p.82).

No contexto em que *Úrsula* foi escrito, as palavras que Maria Firmina representaram na fala de um escravizado realizam uma humanização desse sujeito. O desejo por autonomia e dignidade nos mostra uma diferente percepção sobre a escravidão, esse discurso foge do olhar do colonizador, e põe em debate os anseios de um grupo subalternizado. Enquanto Susana demonstra desânimo com a possibilidade de liberdade para os escravizados na sociedade daquele período após tanto sofrimento já enfrentado, Túlio demonstra a esperança e a resistência sobre o sistema escravista, e escancara as críticas abolicionistas que Maria Firmina representa em suas obras.

Para descolonizar o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas (RIBEIRO, 2019, p. 28).

As narrativas desenvolvidas por Maria Firmina no século XIX realiza uma mudança no desenvolvimento de personagens negros escravizados, eles deixam que ser apenas objetos da narrativa e passam à condição de sujeitos que pensam, refletem e sentem a sua própria condição de escravizado.

A partir desse diálogo entre os personagens Túlio e Mãe Susana, Firmina atribuiu voz e consciência histórica aos seus personagens escravizados. De um lado, temos Túlio comemorando a sua alforria e falando sobre sua liberdade; e do outro lado temos Mãe Susana que questiona essa percepção de Túlio e ainda afirma que a troca de um cativo por outro não representa liberdade plena. Enquanto Túlio é apenas um jovem com anseios, Susana demonstra em sua fala uma compreensão mais profunda das estruturas de dominação presentes na sociedade escravista, e ainda representa que a liberdade jurídica das amarras da

escravidão não eliminava as desigualdades e as limitações impostas a população negra. Essa escrita é muito diversa para a época se compararmos com outros textos, pois Susana desconstrói a ideia de que a alforria individual resolve o problema da escravidão, ela critica que a ausência de um senhor não significa liberdade plena, mas envolve também dignidade, pertencimento e autonomia.

A referência sobre o continente africano que Maria Firmina expõe, resgata o continente como um espaço de liberdade de memórias e identidades que foram apagadas ou silenciadas pela lógica escravista. Novamente, as representações do século XIX eram estereotipadas sobre os escravizados, e nas obras de Maria Firmina os personagens são apresentados como capazes de refletir criticamente sobre a sua condição, expressam sentimentos e contrõem interpretações próprias a partir de suas realidades sobre a escravidão. Ao fazer esse movimento, Maria Firmina desloca esses sujeitos escravizados à posição de objetos para protagonistas da narrativa dotados de humanidade e sentimentos.

— Sim, para que estas lágrimas? . . . Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade. . . Ali eu a gozei na minha mocidade! — continuou Susana com amargura. — Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor; eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias (REIS, 1959, p. 83).

A fala de Susana resgata a memória da liberdade anterior à escravidão e restitui a personagem sua condição de sujeito histórico. Quando Maria Firmina buscou colocar uma personagem como Susana em sua história, ela rompe com as narrativas que buscavam reduzir os africanos e seus descendentes somente à condição de escravizados. As recordações que Susana faz de sua época de juventude na África, regada de felicidade, afeto e liberdade, evidencia que essas histórias não iniciaram nos cativeiros dos colonizadores como a historiografia eurocêntrica tenta nos convencer a todo custo. No movimento que Maria Firmina faz com personagens como mãe Susana, fica manifestado que, ela nunca teve a intenção de representar somente as crueldades da escravidão, mas buscou reafirmar a existência de vidas, culturas e experiências riquíssimas que resistiram as tentativas de apagamento impostas pelo sistema escravista. Pois como Maria Firmina afirmou “Oh, a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar!” (REIS, 1859, p. 27).

Diante dessas reflexões, as obras de Maria Firmina expõem determinadas denúncias da escravidão a partir de experiências que foram vivenciadas por pessoas que tiveram suas vidas atravessadas pelo sistema escravista e as sentiram na própria existência. Não nego a

importância dos documentos oficiais produzidos pela elite, eles também fazem parte da historiografia, entretanto a literatura como fonte histórica revela dimensões e diversas narrativas diferentes, que dificilmente seriam encontradas nesses documentos. Ao nomear os donos de escravizados e colocar pessoas negras como sujeitos que tiveram sua humanidade reconhecida, Maria Firmina não os representa como mercadoria ou propriedade, mas sim sujeitos com sentimentos, reflexões, sofrimentos e as formas de resistência. Maria Firmina produz uma história que rompe com a lógica da história única quando concede voz e lugar para aqueles que foram historicamente subalternizados. Nunca foi somente literatura ficcional, sua obra preserva a humanidade e o respeito dos indivíduos que por muito tempo não tiveram espaços e lugares de fala.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou explorar a partir das obras *Úrsula* e *A escrava* de Maria Firmina dos Reis como as violências da escravidão foram representadas a partir de uma perspectiva subalterna. No primeiro capítulo, a metodologia de Chalhoub auxiliou para entender as transformações da sociedade do século XIX que estavam presentes nas obras de Machado de Assis. Isso foi essencial para analisar a escrita de Maria Firmina com um olhar crítico para entender as relações e representações de escravizados em suas obras. Ademais, foi possível identificar como a autora nomeou as coisas como de fato foram e ampliou o nosso campo de visão para questões contemporâneas relacionadas ao antirracismo e a decolonialidade.

No segundo capítulo foram realizadas as análises das duas obras da autora a partir da inspiração da metodologia de Chalhoub. Além disso, esta pesquisa buscou intensificar a importância de realizar pesquisas históricas para além dos documentos oficiais, valorizando a riqueza da literatura, das artes que compõem a formação da sociedade brasileira. Desse modo, a inserção de obras literárias produzidas por autores historicamente marginalizados contribui para uma valorização das narrativas diversas que formam o nosso país, possibilitando uma visão mais ampla e crítica da escravidão. Literatura e História são indissolúveis, caminham lado a lado na construção histórica, e valorizar a voz de pessoas subalternas como Maria Firmina dos Reis, significa ampliar as possibilidades de compreensão do passado a partir de perspectivas que foram silenciadas por muito tempo.

A pergunta de pesquisa “De que maneiras a violência da escravidão é narrada sob a perspectiva dos personagens escravizados em *Úrsula* (1859) e no conto *A escrava* (1887)?” foi respondida ao longo do segundo capítulo. Trechos extraídos das obras de Maria Firmina que denunciavam a escravidão e não a normalizaram foram expostos. O objetivo geral deste trabalho foi compreender a violência do período escravista a partir de uma escrita subalternizada, através do olhar de Maria Firmina dos Reis, a forma como os personagens construídos por Maria Firmina eram dotados de sentimentos, angústias e medos fez com que o outro lado da História fosse entendido. Nesse contexto, na obra *Úrsula* e no conto *A escrava*, o sujeito negro escravizado não é representado como mercadoria humana, mas como vítima de um sistema que retirou toda a identidade e humanidade por séculos de pessoas inocentes.

Por fim, Maria Firmina nos mostrou como sua escrita foi precursora para debates atuais sobre silenciamento e apagamento de saberes subalternizados. Enquanto não condicionarmos o nosso olhar criticamente para a vasta literatura que compõe o nosso país, o perigo da história única se repete. O método que Chalhoub utilizou com Machado de Assis e

a análise das obras de Maria Firmina neste trabalho, demonstram como a escrita de um indivíduo serve como documento histórico, pois esse é influenciado pela sociedade em que vive. Maria Firmina foi além de linhas e parágrafos “ficcionalis”, produziu resistência, denúncias e a restituição de humanidade àqueles que, em sua época, não tiveram o direito de voz e liberdade.

REFERÊNCIAS

Fontes:

DOS REIS, Maria Firmina. **Úrsula**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

DOS REIS, Maria Firmina. **A escrava**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/977-maria-firmina-dos-reis-a-escrava>. Acesso em: 9 jun. 2025.

Bibliografias:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ASSIS, Machado de. **Helena**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Brasiliense, 1959.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada**: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Epistemicídio racial e o enegrecer. **Caderno Intelectualidades Negras Brasileiras**, cap. 5, p. 51, 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

EVARISTO, Conceição et al. **A escrevivência e seus subtextos**. In: **ESCREVIVÊNCIA**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. v. 1, p. 26-46.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 126-136.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

KULKAMP, Camila. *Biografia de Maria Firmina dos Reis*. Academia.edu, 2020. Disponível em:

https://www.academia.edu/44727214/Biografia_imagens_e_obras_de_Maria_Firmina_dos_Reis. Acesso em: 16 jul. 2026.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Pólen, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Rebecca J. **Explorando o significado da liberdade:** sociedades pós-emancipação em perspectiva comparada. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo (org.). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 27-63.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.